

CENSURA: o (des)controle social da informação

CENSORSHIP: THE (LACK OF) SOCIAL CONTROL OF INFORMATION

Matheus José Pessoa de Andrade

theuji1@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6550728746243858>

<https://orcid.org/0000-0003-4668-9416>

Doutor em Ciência da Informação (2022) e mestre em Letras (2007) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Jornalismo Cultural (2005) cursado nas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Graduado em Comunicação Social – Radialismo (2003) pela UFPB. Professor adjunto do departamento de Comunicação da UFPB.

Submetido: 09 out. 2023

Publicado: 01 jun. 2024

RESUMO

Este texto contém uma reflexão sobre a censura, esta vista como uma ferramenta de controle social da informação. Ao proibir, as ações censoras são capazes de desencadear gestos de descontrole social, entendidos aqui como formas de desobediência nas relações sociais. O objetivo geral é promover um debate sobre as formas de censura das informações. Por meio de uma revisão bibliográfica, buscou-se conceitos teóricos e filosóficos para uma aproximação de pensamentos. Mobilizou-se as noções de *movimento da informação* (McLuhan, 2005), *poder* (Foucault, 2007), *porvir* (Ingold, 2012; Lacaia, 2001); *moral* (Aranha; Martins, 1993) e a *desobediência civil* (Thoreau, 2016) como basilares das ponderações empreendidas. Exemplificou-se a discussão com o romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco (1986). O resultado é uma ampliação da noção de censura, cujo potencial está em abrir horizontes diante de um entendimento simplista desta forma de controle da informação.

PALAVRAS-CHAVE: censura; informação; moral; desobediência.

ABSTRACT

This text contains a reflection on censorship, seen as a tool for social control of information. By prohibiting, censorship actions are capable of triggering gestures of lack of social control, understood here as forms of disobedience in social relations. The general objective is to promote a debate on forms of information censorship. Through a bibliographical review, theoretical and philosophical concepts were sought to bring thoughts together. The notions of information movement (McLuhan, 2005), power (Foucault, 2007), future (Ingold, 2012; Lacaia, 2001) were mobilized; morality (Aranha; Martins, 1993) and civil disobedience (Thoreau, 2016) as cornerstones of the considerations undertaken. The discussion was exemplified with the novel *The name of the rose*, by Umberto Eco (1986). The result is an expansion of the notion of censorship, whose potential lies in opening horizons in the face of a simplistic understanding of this form of information control.

KEY WORDS: censorship; information; moral; disobedience.

INTRODUÇÃO

Não há momento, perguntou a Guilherme, em que vós faríeis até coisas reprováveis para ter nas mãos um livro que procurais há anos? (Eco, 1986).

A palavra “censura” pode ser imediatamente associada às ações proibitivas, ocorridas explicitamente em regimes autoritários, os quais buscam impedir o movimento de certas informações que transitam nos grupos sociais em forma de notícia, produto artístico ou midiático, tudo isso com a finalidade de defender interesses.

Outro direcionamento simplista do termo “censura” é a associação aos sistemas de classificação indicativa de faixa etária existente sobre determinados produtos midiáticos e/ou artísticos. Filmes, livros, jogos e programas de televisão são analisados e julgados como apropriados ou não para determinada idade, de acordo com seus conteúdos. Isso para evitar o desconforto do consumo de informações indesejadas por determinadas pessoas ou conduzir o público a assuntos desejados.

Ambos os sentidos de censura estão na ordem do controle das informações. Proíbe-se o que parece atentar contra a moral. Muito embora, a ferramenta não seja uma garantia de que tais informações não serão acessadas, como sabemos. Nesse sentido, usamos a palavra descontrole como referência direta às práticas de resistência, desobediência civil ou coisas reprováveis, desencadeadas pelas formas de censura.

A censura não está exclusivamente ligada à mídia ou aos regimes autoritários. Ela está nas relações sociais, nas práticas humanas, nas linguagens, em processos de troca de informação atrelados a contextos políticos. Operadores de informação como material didáticos, relatórios, catálogos, memorandos, teses, mapas, filmes, músicas e até vestimentas estão submetidos das formas de regulações e controle informacional.

Esta provocação inicial é o que nos provoca para a investigação sobre as complexidades da noção de censura, sobretudo quando a tomamos como um conceito no campo da ciência da informação.

Lembramos, aqui, que certos produtos são censurados numa determinada época, guardados e liberados posteriormente, em outros regimes políticos, conforme sua repercussão e importância. Existem obras que poderiam ser censuradas num determinado período, mas que circulam livremente em outras épocas. Ou, ainda, obras proibidas que se tornaram conhecidíssimas, talvez, por essa ação. Parece haver, na mesma medida, controles e descontroles inscritos nas informações censuradas nas sociedades.

Despertamos, aqui, para questões como: quem tem acesso ao quê? A proibição é restritiva, de fato? A quem interessa censurar? Desobedecer é realmente uma desordem? A informação é interdita para camuflar o que? Por que certo tipo de informação é um privilégio de poucos?

Diante dessas e de outras indagações, nosso esforço é dedicado a refletir acerca da noção de censura dentro do campo da ciência da informação na tentativa de complexificar as ideias sobre essa ferramenta de controle e descontrole social de informações.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Fizemos uma abordagem qualitativa nesta investigação, pois consiste numa reflexão científica, mais precisamente uma articulação teórica e filosófica acerca da noção de censura. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, a qual “[...]”

procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas” (Rampazzo, 2002, p. 53). No nosso caso, o problema se constitui da curiosidade de compreender o que vem a ser a censura, considerando-a como uma ferramenta de controle de informação, a qual também leva a descontroles.

O procedimento metodológico adotado para este estudo é a mobilização de cinco conceitos teóricos e filosóficos, deslocando-os e aproximando-os para obtermos uma compreensão da noção de censura dentro do campo da ciência da informação.

A saber, utilizou-se as noções de: *movimento da informação* (McLuhan, 2005) para esboçar um panorama social da informação; *poder* (Foucault, 2007) para tratar das relações sociais e suas estruturas de negociação da informação; *porvir* (Ingold, 2012; Lacaia, 2001) como um apontamento para a dinâmica da cultura e as mudanças do mundo; *moral* (Aranha; Martins, 1993) para ver a ação de proibição da censura e suas tramas políticas; e a *desobediência civil* (Thoreau, 2016) para elucidar sobre o descumprimento e o descontrole social da informação.

Por fim, ilustramos a discussão a partir de uma interpretação nossa da narrativa do romance *O nome da rosa*, de Eco (1986), tomando-o como um exemplo de como as formas de censura tentam estabelecer o controle da informação ao tempo que estimulam práticas de desobediência.

3 INFORMAÇÃO, SOCIEDADE E CENSURA

A censura nasce junto com a palavra. Em seu uso social, as palavras são formas de movimentar o conhecimento. Elas se dão através de escolhas cognitivas e sociais: o que falar e o que não falar. E nisso, o controle e o descontrole vêm a ser algo inerente à informação.

Ao longo dos anos, a humanidade foi capaz de inventar meios para traduzir e conduzir o conhecimento em formas partilháveis, acelerando o movimento da informação. Vejamos que “a palavra falada foi a primeira tecnologia pela qual o homem pôde desvincular-se de seu ambiente para retomá-lo de novo modo” (McLuhan, 2005, p. 76-77). Dessa maneira, o processo se inicia na mente e se materializa na palavra como uma espécie de tradutor das ideias e das experiências vividas. A virar palavra, o meio codifica, armazena, acelera e amplifica a informação entre as pessoas.

Nesta perspectiva, a informação é uma tradução do conhecimento, na medida em que se transforma em códigos nas tecnologias, ou seja, torna-se materialidade. Ele passa de uma condição inacessível a uma forma acessível. Os meios, nesse caso, movimentam a experiência mundana para o âmbito social, incidindo diretamente sobre o modo como as pessoas se organizam entre si e como agem socialmente.

O movimento da informação é, portanto, um conceito McLuhaniano que ajuda a entendermos as associações humanas em suas dinâmicas. Socialmente, todo aprendizado e conhecimento solidificado como informação, armazenado e recuperado, adquire um valor, o que “[...] significa que todas as formas de riqueza derivam do movimento da informação” (McLuhan, 2005, p. 78), isto é, de como se edificam valores e condutas entre as pessoas, hierarquias e poderes em função dos papéis desempenhados pelos usuários.

Consideramos, portanto, que as tecnologias como materializadoras do conhecimento são os lugares de onde nasce, cresce, vive e até morre as informações e suas tramas sociais. Logo, as pessoas criam um ambiente de fluxo informacional onde buscam maneiras de organização para se tornar (ou não) alcançável. Ao se viver no cerne das mediações sociais, tomando-as como riqueza alegórica, os usuários

inventaram maneiras para o controle do movimento da informação. A palavra, portanto, não está desprovido dessas organizações ou dessas hierarquias. Pelo contrário, ela funciona atravessada nesses sistemas, o que torna a interdição ou a censura constitutiva das formas de movimento da informação.

Na linguagem nem tudo pode ou deve ser dito, pois o dizer vive sob um tipo de ordem, submetido a mecanismos de interdição, cujo controle se dá através de certos procedimentos e valores feitos na trama do poder, devido os papéis desempenhados pelos usuários a cada momento e cada lugar. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2004, p. 09). Trata-se da existência de regulações na própria cultura, percebidos no uso corriqueiro dos discursos.

Acreditamos, assim, que a palavra faz parte de um sistema ordenado, o qual pressupõe um tipo de controle para o seu uso pelo seu valor político e que, por isso, não pode se movimentar livremente entre as pessoas.

A censura é uma ferramenta de controle social do movimento da informação. Em outras palavras, a censura está na ordem da informação. E a palavra convive com a censura. Por isso que são estabelecidas regras para que algumas camadas da sociedade não tenham acesso a certas informações, tratadas como impróprias pelo interesse político nelas instaurado. A finalidade é imobilizar a informação por uma manutenção de poderes.

A palavra, portanto, é uma das tecnologias que abre espaço para batalhas políticas pelo controle social da informação através da censura, desencadeando, conseqüentemente, formas de descontrole.

3.1 O PODER E O PORVIR

A censura pode ser pensada, de forma incipiente, como uma ação voluntária de imobilização das informações. Uma ferramenta que tem a intenção de barrar a publicação de certas informações, de tirá-las de circulação, coibi-las por determinados interesses. Inferimos que duas noções se fazem necessárias para pensarmos sobre isso: o poder e o porvir.

A censura está atravessada pelo poder. Em meio a uma sociedade politicamente organizada, repleta de sujeitos hierarquicamente relacionados, o poder está pulverizado em todas as esferas da humanidade, e só existe, de fato, nas relações entre as pessoas. Em outras palavras, todo relacionamento social é permeado por um jogo de forças.

Observar as relações de poder é também reconhecer essas lutas. “Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra-discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência” (Foucault, 2007, p. 72). Ou seja, é preciso notarmos as formas de resistência no funcionamento das relações sociais, suas negações, suas teimosias, suas sutilezas, suas estratégias e seus tensionamentos. Onde há poder, há resistência. Logo, toda estratégia de censura, entendida como um exercício de poder, incita uma possibilidade de resistir.

É importante, também, entendermos que o poder é um tipo de motor nas relações humanas. “O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato, ele permeia, produz coisa, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2007, p. 08). Ele existe como uma rede produtiva junto aos processos de negociação,

onde os sujeitos barganham constantemente, ora o resguardando, ora o cedendo, para alcançar um propósito. O que nos permite apontar sobre a existência de formas de censura que possuem uma dimensão produtiva de positividade.

Frente à censura, certos usuários lutam. Proibido para uns, acessível para outros. Erguem-se estratégias de resistência contra as formas de censura. Gera-se o descontrole da informação. Muda-se o jogo de força; muda-se o lugar do poder; mudam-se os papéis sociais; muda-se pelo movimento da informação.

As regras da censura, portanto, são submetidas aos jogos de força. Elas podem ser reestruturadas dentro de uma luta que ora se inverte. As práticas censoras podem ser rompidos para proporcionar outros poderes e outros privilégios, e por isso elas são constantemente reinventadas para se estabelecerem novas relações de poder.

A censura está atravessada pelo *porvir*. De fato, as sociedades, em suas mais estranhas e variáveis formas de convívio, vivem num constante processo de transformação. Aliás, as coisas estão sempre em processo.

Na vida, as coisas e as pessoas estão em constante ação de fluxo e tudo está interligado como numa malha de processos singulares num deslocamento ininterrupto. “A vida está sempre em aberto: seu impulso não é alcançar um fim, mas continuar seguindo em frente” (Ingold, 2012, p. 38). Por essa razão, as coisas estão sempre em mutação, sujeitas ao que vem a posterior, e devem ser entendidas em andamento, e não frisadas num tempo.

As formas de censura estão conectadas nessa malha, em mobilidade com a sociedade, em aberto. As estratégias de censura das informações se modelam de acordo com o andamento as relações sociais. Estas, por sua vez, também estão no trâmite de mudança dos valores culturais.

É importante pensarmos a cultura como um processo dinâmico, pois “este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do *porvir*” (Laraia, 2001, p. 101).

A noção de *porvir* indica que as coisas não são estáveis ou devam ser. Ele aponta para a dinâmica do mundo como um todo, num entrecruzamento entre as relações sociais e as coisas do mundo, tudo junto. Por isso, as informações censuradas numa época ou em um lugar deixam de ser censuradas em outro momento porque tudo está em processo. As maneiras de proibir mudam. Ato considerados imorais passam a serem aceitos depois de um tempo (e até ridicularizados). O contrário também acontece: atos outrora morais tornaram-se condenáveis. O jeito de censurar é mutante, circunstancial, sendo refeito na e pela cultura, no desdobramento dos jogos de força. A cada jogada, os papéis sociais, as formas de interdição e resistências são adaptáveis aos seus momentos. Censura não se trata, portanto, de uma noção inativa ou inerte, mas sim de algo em andamento. Nesse sentido, “habitar o mundo é se juntar ao processo de formação” (Ingold, 2012, p. 31), numa relação bilateral cujas coisas, por seus valores simbólicos, também são capazes de impulsionar as relações sociais. São capazes de interferir ou mexer nas práticas de interdição.

A censura é como uma massa de modelar, capaz de se remodelar em suas ações de acordo com a dinâmica do mundo. Cada conjuntura e cada tecnologia da informação impulsiona a transformação das estratégias de censura, pois elas precisam se reinventar para dar conta do poder e do *porvir*. O controle desejado através da censura parece ter sempre uma parcela de descontrole contida, o que o torna inacabado, transitório e transitivo.

3.2 A MORAL E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL

A censura não é um mecanismo exclusivamente negativo, cuja função é sempre dizer não. Ela tem sua face positiva e produtiva. Ela também preza pelo fluxo de informações para manutenção da moral dos grupos sociais, para evitar atritos relacionais, desordens sociais, violências e conflitos constantemente. A censura aparentemente luta, em parte, contra a imoralidade.

Fruto das relações sociais, o convívio coletivo semeia certos valores normativos, regras de conduta e de bons hábitos, as quais ajudam os indivíduos a se tolerarem em comunhão. A moral pode ser vista como o conjunto de valores simbólicos construídos entre as pessoas, os quais atuam sobre o comportamento nos agrupamentos humanos a fim de prezar pelo bem comum. Nesse sentido, são normativas construídas a partir de experiências anteriores, visando uma ordem futura.

Vestir-se de maneira adequada para frequentar certos ambientes, ouvir música com volume baixo a partir de determinado horário, respeitar o próximo, entre tantos outros, são comportamentos inscritos na ordem da moral e aceitos socialmente como corretos. “Em função da adequação ou não à norma estabelecida, o ato será considerado moral ou imoral” (Aranha; Martins, 1993, p. 275). Por isso, julgamos as coisas como certas ou erradas, entre elas, as informações, umas como morais e outras como imorais.

Cabe às pessoas seguirem ou transgredirem as normas, saber o que é certo e errado para si. É possível desobedecer a certas leis e ter outras ações éticas em função de posições sociais, questões conflituosas ou individuais capazes de romper com o regimento do Estado. A desobediência civil, portanto, faz parte da dinâmica do mundo e das grandes transformações (Thoreau, 2016). Estacionar em locais proibidos, pixar os monumentos de uma cidade, entre outros, são gestos corriqueiros de uma forma de transgressão aos valores e, por isso, sujeitos à punição.

É preciso destacar que “[...] uma das características fundamentais do ser humano em sociedade é ser capaz de produzir *interdições* (proibições)” (Aranha; Martins, 1993, p. 274), tais como o Estado produz formas de censura baseado em sua moralidade, sua convicção política, para controlar informações.

E, mais uma vez, é preciso tomar as relações sociais e os atos individuais como espaços de negociação. Aspectos gerais e pontuais da moral dialogam constantemente nos grupos de pessoas. De um lado, as regras gerais de como devemos agir. Do outro lado, o funcionamento real dos atos humanos modelando os valores. Em miúdos, num acordo entre duas pessoas, eles podem ou não seguir os valores normativos da moral de uma época para chegar a uma melhor solução para ambos. Desta lógica, nem tudo que é proibido é exatamente imoral para os participantes. A moral de um grupo não é a mesma de outro. Algumas vezes, as normas de conduta de um núcleo familiar não condizem com as normas de outra família, por exemplo. Nisso, o que é moral para uns pode ser imoral para outro.

A censura como ferramenta de proibição da movimentação de informações entre usuários é forjada a partir de valores morais e interesses individuais ou coletivos, o que leva a tensionamentos nas sociedades. Os atos de censura são imposições políticas institucionais e, por isso, jugam o desalinhamento das pessoas que não concordam, enquadrando-as como fora da lei, sujeitas a punições.

Embora desobedecer possa acarretar em punição, é cabível uma ponderação a respeito desse tipo de ação, como sugere o autor: “[...] custa-me menos em todos os sentidos incorrer em pena de desobediência ao Estado, do que me custaria obedecê-

lo” (Thoreau, 2016, p. 65), sobretudo quando o preço da desobediência civil leva à reconstrução das condutas ou das políticas de proibição.

Falar sobre norma de conduta remete à capacidade de julgamento das coisas. Parece que, do ponto de vista da moral, tudo pode ser visto de modo maniqueísta, como bem ou mal, na sociedade. Entretanto, as ações humanas compõem um panorama mais complexo que isso.

No campo das artes, por exemplo, os especialistas usam de outros critérios de avaliação das obras, os quais não são pautados exatamente pela moral. Ao julgar uma obra, o crítico busca valores no campo da estética, o que não significa que a obra seja moral ou imoral. Está em jogo o seu valor enquanto obra de arte. Contudo, alguns valores morais passam despercebidos pelo filtro de outras instâncias sociais ou até dos próprios críticos da arte. Eles aparecem como subterfúgio para o exercício da proibição e do controle dessas informações. “As discussões a respeito do que é ou não uma obra pornográfica se encontra muitas vezes prejudicada devido à intromissão da moral em campos onde não foi chamada, o que muitas vezes tem justificado indevidamente a ação da censura” (Aranha; Martins, 1993, p. 277). Pelo viés da moralidade, a censura pode ser remodelada de acordo com as necessidades e conveniências de quem a pratica.

Obras artísticas, como as do cinema, perduraram ilesas à censura ao serem contempladas pelos valores estéticos. “O comentário de teóricos sobre filmes como *Nascimento de uma nação*, da mesma maneira, em geral não focalizam o racismo exibido pelo filme, mas, sim, a sua condição de ‘obra prima’” (Stam, 2013, p. 299). O filme é, também, uma trama ideológica de uma conjuntura política que buscou imprimir uma narrativa branca e sorradeira sobre a escravidão¹.

Nos campos da informação midiática, o conhecimento também passa por um tipo de julgamento para tornar-se acessível ou não. Inclusive um julgamento político camuflado de moralidade. Atravessam várias questões que fazem o movimento da informação ser imobilizado. “Isso é um erro muito grande porque, considerando tudo friamente, um escritor esquerdista pode escrever um bom romance ou um mau romance, e um direitista também. Porque não depende de ideologia a qualidade do livro que ele escreve” (Mattos, 2005, p. 176). Embora acreditemos na centralidade do elemento estético para a arte, aqui deixamos claro nossa dificuldade de separar o ideológico do estético numa obra. Ao que nos interessa, ressaltamos que nem sempre a censura é acionada em defesa da moral e dos bons costumes, mas sim pelos propósitos políticos e interesses individuais e coletivos. E a desobediência, por sua vez, vem da discordância dessas armadilhas políticas.

Nesse aspecto, observamos um lado produtivo e positivo da censura. Os grupos de opinião, por exemplo, como movimentos sociais são organizações que exercitam e se valem de mecanismos de censura em defesa dos seus ideais de conduta. Tanto eles atuam contra práticas opressoras de censura, como também acionam as normas de censura para impedir a circulação de certos conteúdos imorais sobre si.

A censura se veste da moralidade e de bons costumes para legitimar a imoralidade, o controle social de informações e seus benefícios. Frente à censura e seus usos, os usuários obedecem ou desobedecem das regras, sobretudo quando discordam da posição política nela enviesada. Afinal, a moral está imersa de conflitos

¹ *The birth of a nation*, dirigido por D. W. Griffith, lançado em 1915, é um filme norte americano tido como fundador da narrativa cinematográfica clássica, pelos seus recursos de linguagem nele investidos. Contudo, é uma obra racista, dedicada à Ku Klux Klan. Para um melhor entendimento, recomendamos o documentário *A 13ª emenda*, dirigido por Ava DuVernay, em 2016.

e de entrecruzamentos de sentidos, o que, muitas vezes, incita o descontrole, a resistência ou a desobediência das pessoas.

3.3 O (DES)CONTROLE SOCIAL DA INFORMAÇÃO EM *O NOME DA ROSA*

Um famoso e cabuloso caso literário de censura encontra-se no romance histórico *O nome da rosa*². Com o foco narrativo no jovem aprendiz Adso de Melk, o qual acompanha seu mestre, o britânico franciscano frei Guilherme de Baskerville, o livro se pauta numa missão: desvendar os casos de morte num mosteiro beneditino localizado ao norte da Itália, no século XIV. Nesse contexto, a abadia possui uma das bibliotecas mais valiosas já imaginada. Tanto que é de meticuloso acesso: “[...] Somente o bibliotecário sabe da colocação do volume, do grau de sua inacessibilidade, que tipo de segredos, de verdades ou de mentiras o volume encerra” (Eco, 1986, p. 54). Pela imensidão e relevância do acervo de livros, a biblioteca é um labirinto.

Nela há um índice, isto é, uma lista de livros considerados proibidos pelo catolicismo daquela ordem, cuja finalidade é preservar a palavra de Deus. As obras eram consideradas obras do Demônio. E muitas conversas e tramas, no romance, giram em torno disso.

Ao longo da narrativa, frei Guilherme, com sua impressionante capacidade de reflexão, entende que há algo naquele repositório e descobre que os principais livros proibidos estão envenenados. Ao passar o dedo na própria língua para assegurar a mudança de páginas sem deslizos, os leitores que acessam escondido esses manuscritos apócrifos morrem por causa do veneno. Lá, a principal obra apócrifa é um livro sobre o riso, escrito pelo filósofo Aristóteles, o segundo volume da poética. A igreja, naquele contexto, não permitia qualquer apologia ao riso. Considerava uma heresia e, portanto, censura-o, revelando-se, durante a narrativa, um exercício autoritário de controle de informação.

Vale ressaltar que instituições como o Estado e a igreja criaram e recriaram estratégias de controle de informação pelos mais diversos interesses. Por meio de suas técnicas de proibição naturalizadas na sociedade, busca-se conservar as hierarquias em nome do sagrado. “Neste sentido, por estar investida em uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política” (Bourdieu, 2009, p. 72). As informações literárias, por exemplo, vivem sob o amparo de sistemas institucionais de censura para atender às devidas finalidades políticas dentro desses grupos sociais. Em outras palavras, a religião está no campo de batalha da palavra, num lugar de muito poder. Obviamente, as informações são preservadas e disponibilizadas restritamente de diferentes maneiras em prol da manutenção de certas relações de força.

Na narrativa, as mortes investigadas, oriundas do envenenamento, revela não apenas a fragilidade no sistema de controle da informação no mosteiro, como também se apresentam como indícios dos gestos de resistência desse processo. Os corpos sem vida são a marca do descontrole fomentado pela censura. Com toda dificuldade de acesso – regras, abades, arquitetura, vigilância, pecado, política –, os livros apócrifos, ainda assim, são acessados de alguma maneira por pessoas

² Título original *Il nome della rosa*. Obra do escritor e pesquisador italiano Umberto Eco, mundialmente conhecida, foi publicada originalmente em 1980 e traduzida em diversos idiomas. Adaptada para o cinema pelo diretor francês Jean Jacques Annaud, em 1986, com Sean Connery no papel principal.

privilegiadas naquela hierarquia. O veneno era o último e mais severo estágio da punição pela desobediência, a principal prova da fragilidade daquela ferramenta de controle de informação. As estratégias são feitas, mas não parecem suficientes. Não são sólidas o bastante.

A trama representa a dinâmica da cultura, o povir, a partir dos traços das transgressões ao sistema estruturado, visibilizando um processo social em transformação da moral, vista através da censura daqueles livros.

O livro de Eco (1986) não deixa de ser uma crônica sobre o conhecimento enquanto forma de poder, bem como uma discussão sobre os jogos de força entre seus usuários pela informação. O suposto manuscrito de Aristóteles sobre o riso, inventado para a narrativa, é tido como a principal mercadoria para a reestruturação do poderio disseminado na estrutura da abadia tratado por meio da escolástica.

O uso constante do latim na narrativa de Eco (1986) é mais uma metáfora do controle do conhecimento. A trama trata de personagens tradutores, estudiosos e leitores, e as implicações dos poderes contidos nesses processos. Aquela comunidade cristã vive num cauteloso ciclo de negociações em torno das informações daquele lugar. A cada diálogo do frei Guilherme com os monges, o abade, o bibliotecário e seu noviço, o conhecimento é o assunto mor, presente em cada nuance daqueles relacionamentos circunstanciais, tornando legível, ao mesmo tempo, as variadas o impacto da censura enquanto ferramenta que instiga o descontrole nas relações de poder.

Historicamente, “[...] o Estado dos primórdios da Europa moderna organizaram sistemas de censura da palavra impressa, temendo a ‘sedição’ tanto quanto as igrejas temia a heresia” (Burke, 2003, p. 131). Os líderes acreditavam que assim prezavam contra a perturbação da ordem pública. Oficializavam profissionais censores, queimavam livros, proibiam publicações, subornavam pessoas, criavam departamentos responsáveis pela circulação de informações e agências de confecção de produtos simbólicos. Enfim, institucionalizam, até os dias de hoje, o controle das informações.

A desobediência dos monges envenenados é o retrato da dinâmica naquelas relações sociais, de usuários que não se conformam com a restrição e que buscam, de todo modo, driblar a proibição ao livro. Nesse caso, a punição foi maior do que a obediência.

Notemos que, no mosteiro, a prática da censura desencadeia a criação de procedimentos clandestinos em busca das informações daquele livro de Aristóteles. O que insinua a dimensão de descontrole própria do processo de imobilização da informação nas sociedades. Afinal, a informação é uma moeda de troca, uma riqueza, um bem transformador.

Em diálogo com o mestre, Adso o questiona a partir de suas ponderações sobre toda aquela experiência: “E então uma biblioteca não é um instrumento para divulgar a verdade, mas para retardar sua aparição?” (Eco, 1986, p. 330). Prontamente, Guilherme responde que nem sempre, mas que neste caso é. Uma indagação que nos permite atentar para a instituição enquanto uma estrutura que se organiza para controlar as informações, também por meio da censura.

Até desvendar o caso daquele mosteiro, Guilherme precisou travar inúmeras batalhas políticas com os demais participantes daquele ambiente durante a narrativa. Seu conhecimento foi a moeda mais valiosas nos jogos de força que, circunstancialmente, se estabeleciam. O veneno e as mortes, como marcas de resistência e desobediência civil, foram as fissuras para as lutas naquelas relações sociais, tomadas como espaços de barganha e equalização dos poderes.

A censura inscrita no enredo de *O nome da rosa* é o motor da narrativa. Censurar é agir sobre o movimento da informação, dentro de um jogo de forças, cujo objetivo é desarticular a luta. Todavia, é, também, incitar o descontrole social da informação pelo insulto instaurado pela imposição de uma forma de poder. De resto, formam-se os embates e os processos de transformação dinâmicos das associações humanas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre a noção de censura é uma missão que não se esgota por aqui. Entretanto, as mobilizações que trouxemos parecem ampliar o modo reducionista que o termo é tratado no cotidiano. Tratar pelo viés do movimento da informação permite-nos observar um conjunto de tramas que se desdobram pelo controle do conhecimento.

Por esse viés, a censura não se resume aos regimes ditatoriais ou aos meios de comunicação de massa. A censura é uma ferramenta multifacetada e modelável de controle social da luta pela informação, exercitada de várias maneiras, de modo sutil ou brusco, nos mais diversos contextos da história da humanidade. Ela é um subsídio para minimizar as possibilidades de negociação nos jogos de força.

Quando relacionada a conceitos como poder, porvir, moral e desobediência, a censura abrange uma pluralidade de práticas existentes e possíveis, como o veneno posto nos livros contra os próprios monges da abadia beneditina. Os sistemas de censura consistem numa série de ações, como: proibir, reprimir, silenciar, omitir, desautorizar, deslegitimar, camuflar, apagar, entre outros em relação à informação.

Acreditamos que nosso trabalho insinue alguns desdobramentos reflexivos e teóricos, como: a memória relacionada à censura, as peculiaridades das práticas censoras diante das tecnologias de informação, a descrição de ações de censura, os jogos estabelecidos nas relações sociais instauradas por ela.

Nosso percurso, aqui, foi a abrangência da noção de censura, mirando o entendimento de sua existência e o deslocamento para estudos do campo das ciências da informação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia A.; MARTINS, Maria Helena P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BOUDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUKER, Peter. **História social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2002.
- STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- THOREAU, H. D. **A desobediência civil**. São Paulo: Edipro, 2016.